



PRESS BOOK

Noticias Politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto

Notícias publicadas nos meios de comunicação, no âmbito da assinatura do Governo, Politécnicos e Universidades, do Compromisso com a Ciência e Conhecimento.

Posição dos Politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto relativamente ao documento e às declarações de Manuel Heitor.

DIRECTOR: PEDRO CURVELO

Pesquisar....

ok

segunda-feira, 18 de Julho de 2016 | 20:27 | MOBILE

RSS | SIGA-NOS | SEJA FÃ [POLÍTICA](#) [SOCIEDADE](#) [MUNDO](#) [ECONOMIA](#) [SAÚDE](#) [PESSOAS](#) [DESPORTO](#) [CULTURA](#) [LUSOFONIA](#) [MULTIMÉDIA](#) [VIDEOS](#)[Ensino](#) | [Ciência e Tecnologia](#) | [Ambiente](#) | [Insólito](#)

HOJE às 19:33

0

PUB

Politécnicos acusam ministério de visão preconceituosa e redutora da sua ação



Tweet

Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram hoje o Ministério do Ensino Superior de ter um "conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", e de impor um modelo de desenvolvimento "redutor da sua ação".

Em causa está o "Contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento", assinado este fim de semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à exceção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus "interesses individuais".

"Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço coletivo face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais", disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que "interesses individuais" se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos "queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles".

Últimas nesta secção

Provedor de Justiça nega juízo de valor sobre contratos com colégios

Politécnicos de Porto, Lisboa e Coimbra não assinam acordo com o Governo

Ministro da Educação felicita alunos distinguidos nas Olimpíadas da Matemática

Ministro da Educação: Portugal não pode ter um terço dos jovens «sem estudar nem trabalhar»

Defensores da escola pública no Oeste pedem investigação a notas de colégio

Maioria dos pais com curso superior ajudam filhos nos trabalhos de casa

Hoje, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em causa, as instituições, que invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro Manuel Heitor, afirmando que os três institutos "assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente" à "divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste Contrato".

Os três maiores politécnicos do país justificam a sua posição -- que dizem não ser individual, mas "conhecida, apoiada e sufragada pelos seus Conselhos Gerais, órgãos máximos de governo destas três instituições" -- por não haver no referido contrato "referência à necessidade de se voltar a proceder à distribuição das verbas do Orçamento de Estado pelas Instituições de ensino superior, universitárias e politécnicas, através de critérios claros e transparentes, traduzidos numa fórmula de financiamento".

Acusam ainda o ministério de Manuel Heitor conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", que consideram "ultrapassados".

Negam ainda que a sua posição sobre o que deve ser o financiamento do ensino superior alguma vez tenha contemplado cortes no orçamento de qualquer instituição, pedindo, ao invés, uma solução de financiamento que passe "pela transparência de critérios e regras, necessariamente aplicados de modo gradativo e contratualizado".

"O texto do Contrato não respeita a diversidade e capacidade instalada nas instituições, impondo antes, de forma uniforme e não contextualizada, um modelo de desenvolvimento redutor da sua ação, que traduz a intenção de desvalorização social e académica do subsistema politécnico com a qual não podemos estar de acordo", defendem, no comunicado.

Criticam ainda que o contrato ignore a possibilidade de os politécnicos virem a ministrar doutoramentos, desde que "avaliados positivamente pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior" (A3ES).

"Os politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto, representam mais de 40% do Ensino Politécnico. Não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos autoinfligidos. Na base da nossa posição está a aspiração legítima por critérios claros, transparentes e justos. Por uma avaliação criteriosa da qualidade do que somos e fazemos" conclui o comunicado.

Diário Digital com Lusa



ENSINO SUPERIOR

Politécnicos atacam Governo

Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram ontem o Ministério do Ensino Superior de ter um “conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos”. Estes três institutos não assinaram o contrato entre o Governo e os politécnicos. ●



18 JULHO 2016 // 19:45

Loja

Revistas

Livros

Viagens

Hotelaria

Imobiliário

litécnicos acusam ministério de visão preconceituosa e redutora da sua ação // Açores exigem metade das ajudas da UE destinadas ao setor do leite nacional // S

FAMOSOS

FUTEBOL, ETC.

ENTRETENIMENTO

ATUALIDADE

SAÚDE & BELEZA

SABORES

VÍDEOS

SHOPPING

SIGA-NOS TAMBÉM NO



Fique a par de todas as novidades e notícias do momento!

LUSA

Educação

Politécnicos acusam ministério de visão preconceituosa e redutora da sua ação



19h03 // 18 julho 2016 // 21 visualizações

Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram o Ministério do Ensino Superior de ter um "conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", e de impor um modelo de desenvolvimento "redutor da sua ação".

Lisboa, 18 jul (Lusa) -- Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram hoje o Ministério do Ensino Superior de ter um "conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", e de impor um modelo de desenvolvimento "redutor da sua ação".

Em causa está o "Contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento", assinado este fim de semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à exceção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus "interesses individuais".

"Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço coletivo face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais", disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que "interesses individuais" se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos "queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles".

Hoje, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em

- imprimir
- enviar
- adicionar favoritos
- partilhar
- comentar

classificar
★★★★★ (0)

NEWSLETTER

Subscreva a Newsletter e receba as novidades e ofertas exclusivas da Impala.

insira o seu e-mail

SUBSCREVER

INQUÉRITO

Qual é a sua apresentadora de televisão favorita?

- Cristina Ferreira
- Júlia Pinheiro
- Tânia Ribas de Oliveira
- Iva Domingues

ver resultados

VOTAR

HORÓSCOPO

Caranguejo



22/6 - 23/7

Mesmo que tenha uma relação estável, essa paixão vai revelar-se e tornará os seus dias excitantes. Usufrua deles em plenitude. Uma viagem a dois pode ser a coroação do amor que os une. Profissionalmente sentir-se-á habitado por uma dose de autoconfiança.

ver outros signos

MENSAGENS



O QUE ELES DIZEM...



"Prefiro ser conhecida pelas minhas curvas do que por ser um palito", in Correio da Manhã

Kate Winslet
ver outras citações

NOTÍCIAS MAIS VISTAS

[Morre sufocado em jantar de Natal](#)

Um grupo de amigos que se juntaram para um jantar de Natal em Guimarães

[Morreu Margarida, a bebé prematura](#)

Margarida não resistiu e morreu hoje às 7h00 da manhã, hora de Lisboa,

[Jovem suicidou-se na noite de Natal](#)

Alan foi o primeiro menor transexual a obter a mudança legal de sexo n

[Mulher grávida que morreu vai ser enterrada com o bebé](#)

Uma mulher grávida morreu a caminho do hospital.

[Sofia Ribeiro tinha cuecas ou não?](#)

Lembra-se do vestido bem ousado que Sofia Ribeiro levou recentemente à

[Brincadeira sexual com pepino acaba em morte](#)

Uma fantasia sexual acabou em morte em Mannheim, na Alemanha.

causa, as instituições, que invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro Manuel Heitor, afirmando que os três institutos "assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente" à "divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste Contrato".

Os três maiores politécnicos do país justificam a sua posição -- que dizem não ser individual, mas "conhecida, apoiada e sufragada pelos seus Conselhos Gerais, órgãos máximos de governo destas três instituições" -- por não haver no referido contrato "referência à necessidade de se voltar a proceder à distribuição das verbas do Orçamento de Estado pelas Instituições de ensino superior, universitárias e politécnicas, através de critérios claros e transparentes, traduzidos numa fórmula de financiamento".

Acusam ainda o ministério de Manuel Heitor conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", que consideram "ultrapassados".

Negam ainda que a sua posição sobre o que deve ser o financiamento do ensino superior alguma vez tenha contemplado cortes no orçamento de qualquer instituição, pedindo, ao invés, uma solução de financiamento que passe "pela transparência de critérios e regras, necessariamente aplicados de modo gradativo e contratualizado".

"O texto do Contrato não respeita a diversidade e capacidade instalada nas instituições, impondo antes, de forma uniforme e não contextualizada, um modelo de desenvolvimento redutor da sua ação, que traduz a intenção de desvalorização social e académica do subsistema politécnico com a qual não podemos estar de acordo", defendem, no comunicado.

Criticam ainda que o contrato ignore a possibilidade de os politécnicos virem a ministrar doutoramentos, desde que "avaliados positivamente pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior" (A3ES).

"Os politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto, representam mais de 40% do Ensino Politécnico. Não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos autoinfligidos. Na base da nossa posição está a aspiração legítima por critérios claros, transparentes e justos. Por uma avaliação criteriosa da qualidade do que somos e fazemos" conclui o comunicado.

IMA (JYCR) // MAG

Lusa/fim

ADICIONAR COMENTÁRIO

nome	localidade
<input type="text"/>	<input type="text"/>
e-mail	título
<input type="text"/>	<input type="text"/>
mensagem	
<input type="text"/>	

Li e concordo com as [Condições Gerais de Serviço](#).

COMENTAR



Politécnicos não são geridos por “capricho”

EDUCAÇÃO Os politécnicos do Porto, de Lisboa e de Coimbra – que representam mais de 40% do ensino politécnico em Portugal – não gostaram de ouvir as palavras do ministro Manuel Heitor, proferidas no passado sábado em Guimarães. As três instituições dizem que não se movem por caprichos e mantêm a recusa de firmar o documento.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior desvalorizou o desacordo dos três politécnicos ao “compromisso para legislatura”, alegando que estes queriam “nova redistribuição” de verbas. “Os poli-



Politécnicos respondem a Manuel Heitor

técnicos de Lisboa, Coimbra e Porto não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos autoinfligidos”, responderam, ontem, os presidentes das três instituições em comunicado, sublinhando que a sua discordância assenta em duas razões.

Em primeiro lugar, discordam da ausência de qualquer referência no “compromisso para a legislatura” à necessidade de voltar a proceder-se à distribuição de verbas do Orçamento de Estado pelas instituições de Ensino Superior (politécnicos e universidades) através de uma fórmula de financiamento, assente em “critérios claros”. Por outro lado, insistem que o Ministério da Ciência possui um “conceito de ensino politécnico redutor”, nascido de “preconceitos sociais e académicos ultrapassados”. ●



Politécnicos acusam ministério de visão preconceituosa e redutora da sua acção

Actualizado há 45 minutos

LUSA

Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram hoje o Ministério do Ensino Superior de ter um "conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", e de impor um modelo de desenvolvimento "redutor da sua acção". Em causa está o "Contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento", assinado este fim de semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à exceção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus "interesses individuais".

"Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço coletivo face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais", disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que "interesses individuais" se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos "queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles".

Hoje, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em causa, as instituições, que invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro Manuel Heitor, afirmando que os três institutos "assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente" à "divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste Contrato".

Os três maiores politécnicos do país justificam a sua posição -- que dizem não ser individual, mas "conhecida, apoiada e sufragada pelos seus Conselhos Gerais, órgãos máximos de governo destas três instituições" -- por não haver no referido contrato "referência à necessidade de se voltar a proceder à distribuição das verbas do Orçamento de Estado pelas Instituições de ensino superior, universitárias e politécnicas, através de critérios claros e transparentes, traduzidos numa fórmula de financiamento". Acusam ainda o ministério de Manuel Heitor conceito de ensino politécnico redutor e assente em



Etiquetas
politécnicos

Ferramentas

[Tweet](#)



Interessante

Achou este artigo interessante?



Os mais...

lidos comentados etiquetados

- José Correia foi encontrado com vida dentro de um ribeiro
- Portugueses podem a partir de hoje ter contrato de telecomunicações sem fidelização
□ 11 comentários
- Morreu o oncologista madeirense William Henry Clode □ 4 comentários
- Quatro distritos do continente e ilha da Madeira em risco 'Extremo' de exposição UV
- Jovem consumiu 'bloom' e foi transportado ao hospital □ 3 comentários



Faça a sua assinatura digital...

Outras relacionadas...

Politécnicos de Porto, Lisboa e Coimbra não assinam acordo com o Governo

16/07 15:05 | PAÍS |



Ministro da Ciência diz que não há instituições a mais, mas alunos a menos
22/04 16:05 | PAÍS |



Ministro inicia hoje ronda por todas as universidades portuguesas
18/01 06:52 | PAÍS | □ 1 comentário

Acusam ainda o ministério de manter o olhar concreto ao ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", que consideram "ultrapassados".

Negam ainda que a sua posição sobre o que deve ser o financiamento do ensino superior alguma vez tenha contemplado cortes no orçamento de qualquer instituição, pedindo, ao invés, uma solução de financiamento que passe "pela transparência de critérios e regras, necessariamente aplicados de modo gradativo e contratualizado".

"O texto do Contrato não respeita a diversidade e capacidade instalada nas instituições, impondo antes, de forma uniforme e não contextualizada, um modelo de desenvolvimento redutor da sua acção, que traduz a intenção de desvalorização social e académica do subsistema politécnico com a qual não podemos estar de acordo", defendem, no comunicado.

Criticam ainda que o contrato ignore a possibilidade de os politécnicos virem a ministrar doutoramentos, desde que "avaliados positivamente pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior" (A3ES).

"Os politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto, representam mais de 40% do Ensino Politécnico. Não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos autoinfligidos. Na base da nossa posição está a aspiração legítima por critérios claros, transparentes e justos. Por uma avaliação criteriosa da qualidade do que somos e fazemos" conclui o comunicado.



Multimédia

Vídeo Foto-reportagem



Ontem 07:13 **Richie Campbell feliz com o regresso à Madeira convida a ler a revista MAIS**

Comentários

Escrever comentário

*Este espaço é destinado à construção de ideias e à expressão de opinião.
Pretende-se um fórum construtivo e de reflexão, não um cenário de ataques aos pensamentos contrários.*

Politécnicos acusam ministério de visão preconceituosa e redutora da sua ação

Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram hoje o Ministério do Ensino Superior de ter um "conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", e de impor um modelo de desenvolvimento "redutor da sua ação".



© DR

PAÍS INSTITUTOS

HA 2 HORAS
POR LUSA

Em causa está o "Contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento", assinado este fim de semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à exceção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

PUB



Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus "interesses individuais".

"Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço coletivo

face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais", disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que "interesses individuais" se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos "queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles".

Hoje, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em causa, as instituições, que invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro

Manuel Heitor, afirmando que os três institutos "assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente" à "divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste Contrato".

Os três maiores politécnicos do país justificam a sua posição -- que dizem não ser individual, mas "conhecida, apoiada e sufragada pelos seus Conselhos Gerais, órgãos máximos de governo destas três instituições" -- por não haver no referido contrato "referência à necessidade de se voltar a proceder à distribuição das verbas do Orçamento de Estado pelas Instituições de ensino superior, universitárias e politécnicas, através de critérios claros e transparentes, traduzidos numa fórmula de financiamento".

Acusam ainda o ministério de Manuel Heitor conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", que consideram "ultrapassados".

Negam ainda que a sua posição sobre o que deve ser o financiamento do ensino superior alguma vez tenha contemplado cortes no orçamento de qualquer instituição, pedindo, ao invés, uma solução de financiamento que passe "pela transparência de critérios e regras, necessariamente aplicados de modo gradativo e contratualizado".

"O texto do Contrato não respeita a diversidade e capacidade instalada nas instituições, impondo antes, de forma uniforme e não contextualizada, um modelo de desenvolvimento redutor da sua ação, que traduz a intenção de desvalorização social e académica do subsistema politécnico com a qual não podemos estar de acordo", defendem, no comunicado.

Criticam ainda que o contrato ignore a possibilidade de os politécnicos virem a ministrar doutoramentos, desde que "avaliados positivamente pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior" (A3ES).

"Os politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto, representam mais de 40% do Ensino Politécnico. Não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos autoinfligidos. Na base da nossa posição está a aspiração legítima por critérios claros, transparentes e justos. Por uma avaliação criteriosa da qualidade do que somos e fazemos" conclui o comunicado.

 PARTILHE ESTA NOTÍCIA COM OS SEUS AMIGOS

Segunda-feira, 18 Julho 2016

Faro 26°C 22°C

tv24

tv24 INÍCIO NOTÍCIAS VÍDEOS FOTOS DIRETO GUIA TV DIÁRIO DOSSIERS EU VI

Últimas Opinião **Sociedade** Política Economia Internacional Desporto Motores Tecnologia Música Cinema Acredite Se Quiser

Ministério de visão preconceituosa

Institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra recusaram-se no fim de semana a assinar contrato com o Governo, que acusam de impor um modelo de desenvolvimento "reductor da ação"

2016-07-18 20:27 Redação / AR

LEIA TAMBÉM



Três milhões para o primeiro Orçamento Participativo de Portugal

Hoje às 16:57



Ministério da Educação chama 500 professores a juntas médicas

14 jul, 13:33

Falta de tempo está a levar à desumanização dos cuidados de saúde

12 jul, 23:04

Universidade de Coimbra: contratação de docentes a tempo parcial "é ilegal"

12 jul, 16:27

Navio sem certificação tem 450 toneladas de combustível a bordo

11 jul, 21:40



Instituto Politécnico do Porto

PUB

A sua Casa está vulnerável?

O seu orçamento em menos de 1 minuto

1 2 3 60 segundos

O alarme é para casa ou empresa?

Casa Empresa

CAMPANHA EXCLUSIVA -40% Só hoje!



COMPRAR CASA A CRÉDITO. O QUE ESCOLHER? TAXA FIXA OU TAXA VARIÁVEL?

ÚLTIMAS

- Há 5 min **Desporto**
Zidane elogia Pogba: «É muito bom, mas é da Juventus»
- Há 8 min **Desporto**
Moreirense iniciou estágio em Ofir
- Há 16 min **Sociedade**
Quinta-feira há buzinação contra portagens na Ponte 25 de Abril
- Há 25 min **Sociedade**
ACT deteta 22 trabalhadores ilegais em empresas de restauração
- Há 33 min **Economia**
Sanções: reversão gradual das cortes



Os [politécnicos](#) de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram esta segunda-feira o Ministério do Ensino Superior de ter um “conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos”, e de impor um modelo de desenvolvimento “redutor da sua ação”.

Em causa está o “Contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento”, assinado este fim de semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à exceção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus “interesses individuais”.

“*Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço coletivo face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais*”, disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que “interesses individuais” se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos “queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles”.

Esta segunda-feira, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em causa, as instituições, que invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro Manuel Heitor, afirmando que os três institutos “assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente” à “divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste Contrato”.

Os três maiores politécnicos do país justificam a sua posição – que dizem não ser individual, mas “conhecida, apoiada e sufragada pelos seus Conselhos Gerais, órgãos máximos de governo

Sanções: reversão gradual dos cortes salariais custa menos 97 milhões

Há 38 min

Desporto

Ronaldo: «Estou bem e vou voltar mais forte»

Há 45 min

Desporto

Arouca vence Ac. Viseu e mantém-se vitorioso na pré-época

Há 48 min

Sociedade

Apreendido veleiro com 120 quilos de cocaína



Jornalistas da TVI e TVI24

Conselhos Gerais, órgãos máximos de governo destas três instituições” – por não haver no referido contrato “referência à necessidade de se voltar a proceder à distribuição das verbas do Orçamento de Estado pelas Instituições de ensino superior, universitárias e politécnicas, através de critérios claros e transparentes, traduzidos numa fórmula de financiamento”.

Acusam ainda o Ministério de Manuel Heitor conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos”, que consideram “ultrapassados”.

Negam ainda que a sua posição sobre o que deve ser o financiamento do ensino superior alguma vez tenha contemplado cortes no orçamento de qualquer instituição, pedindo, ao invés, uma solução de financiamento que passe “pela transparência de critérios e regras, necessariamente aplicados de modo gradativo e contratualizado”.

“O texto do Contrato não respeita a diversidade e capacidade instalada nas instituições, impondo antes, de forma uniforme e não contextualizada, um modelo de desenvolvimento redutor da sua ação, que traduz a intenção de desvalorização social e académica do subsistema politécnico com a qual não podemos estar de acordo”, defendem, no comunicado.

Criticam ainda que o contrato ignore a possibilidade de os politécnicos virem a ministrar doutoramentos, desde que “avaliados positivamente pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior” (A3ES).

“Os politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto, representam mais de 40% do Ensino Politécnico. Não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos autoinfligidos. Na base da nossa posição está a aspiração legítima por critérios claros, transparentes e justos. Por uma avaliação criteriosa da qualidade do que somos e fazemos” conclui o comunicado.



ENSINO SUPERIOR

Politécnicos atacam Governo

Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram ontem o Ministério do Ensino Superior de ter um “conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos”. Estes três institutos não assinaram o contrato entre o Governo e os politécnicos. ●



Politécnicos acusam ministério de visão preconceituosa e redutora

●●● Os politécnicos de Coimbra, Lisboa e Porto acusaram ontem o Ministério do Ensino Superior de ter um “conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos”, e de impor um modelo de desenvolvimento “redutor da sua ação”.

Em causa está o “Contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento”, assinado este fim de semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à exceção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus “interesses individuais”. “Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço coletivo face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais”, disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que “interesses individuais” se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos “queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles”.

Ontem, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em causa, as instituições, que

invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro Manuel Heitor, afirmando que os três institutos “assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente” à “divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste Contrato”.

Politécnicos exigem transparência de critérios

Os três maiores politécnicos do país justificam a sua posição – que dizem não ser individual, mas “conhecida, apoiada e sufragada pelos seus Conselhos Gerais, órgãos máximos de governo destas três instituições” – por não haver no referido contrato “referência à necessidade de se voltar a proceder à distribuição das verbas do Orçamento de Estado pelas Instituições de ensino superior, universitárias e politécnicas, através de critérios claros e transparentes, traduzidos numa fórmula de financiamento”.

Acusam ainda o ministério de Manuel Heitor conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos”, que consideram “ultrapassados”. Negam ainda que a sua posição sobre o que deve ser o financiamento do ensino superior alguma vez tenha contemplado cortes no orçamento de qualquer instituição, pedindo, ao invés, uma solução de financiamento que passe “pela transparência de critérios e regras, necessariamente aplicados de modo gradativo e contratualizado”.



Coimbra
Politénicos acusam
ministério de visão
preconceituosa >Pág 5



Politécnicos não são geridos por “capricho”

EDUCAÇÃO Os politécnicos do Porto, de Lisboa e de Coimbra – que representam mais de 40% do ensino politécnico em Portugal – não gostaram de ouvir as palavras do ministro Manuel Heitor, proferidas no passado sábado em Guimarães. As três instituições dizem que não se movem por caprichos e mantêm a recusa de firmar o documento.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior desvalorizou o desacordo dos três politécnicos ao “compromisso para legislatura”, alegando que estes queriam “nova redistribuição” de verbas. “Os poli-



Politécnicos respondem a Manuel Heitor

técnicos de Lisboa, Coimbra e Porto não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos autoinfligidos”, responderam, ontem, os presidentes das três instituições em comunicado, sublinhando que a sua discordância assenta em duas razões.

Em primeiro lugar, discordam da ausência de qualquer referência no “compromisso para a legislatura” à necessidade de voltar a proceder-se à distribuição de verbas do Orçamento de Estado pelas instituições de Ensino Superior (politécnicos e universidades) através de uma fórmula de financiamento, assente em “critérios claros”. Por outro lado, insistem que o Ministério da Ciência possui um “conceito de ensino politécnico redutor”, nascido de “preconceitos sociais e académicos ultrapassados”. ●



Politécnicos criticam modelo do ministério

Financiamento

Em causa está um contrato assinado entre o Governo e os politécnicos, à excepção dos de Lisboa, Porto e Coimbra

Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram ontem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de ter um “conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos”, e de impor um modelo de desenvolvimento “redutor da sua acção”.

Em causa está o “contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento”, assinado no fim-de-semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à excepção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus “interesses individuais”.

“Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo colectivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço colectivo face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais”, disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que “interesses individuais” se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos “queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles”.

Ontem, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em causa, as instituições, que invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro Manuel Heitor, afirmando que os três institutos “assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente” à “divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste contrato”. **Lusa**

**ENSINO SUPERIOR****Politécnico não
assina acordo
com o Governo**

Os politécnicos de Porto, Lisboa e Coimbra não assinaram o «compromisso para a legislatura», firmado no sábado passado entre Governo e instituições de Ensino Superior e que reconhece a estas entidades «autonomia efetiva», por «razões individuais», diz a tutela.



Politécnico explica por que não assinou



Contrato entre Governo e instituições de ensino superior, não foi assinado por quatro politécnicos

●●● O Politécnico de Coimbra recusou-se a subcrever o “compromisso para a legislatura”, firmado entre Governo e instituições de Ensino Superior. Em linha com o IPC, também os politécnicos de Porto e de Lisboa se recusaram a assinar.

Aos jornalistas, o ministro da Ciência e Ensino Superior desvalorizou a falta de acordo. Segundo Manuel Heitor, a razão das recusas decorre de aqueles politécnicos pretenderem uma “nova redistribuição” de verbas – argumento que levou o presidente do Politécnico de Coimbra a falar em “inverdade” (ver ao lado).

“Temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço coletivo face a interesses individuais”, disse Manuel Heitor, apontando o dedo aos três dirigentes (de Coimbra, Lisboa e Porto), “que optaram pelos seus interesses individuais”.

Questionado sobre a que “interesses individuais” se referia, o titular da pasta do Ensino Superior expli-

cou que os três politécnicos “queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas tirando verbas a uns para dar a eles”.

Estabilidade financeira e mais autonomia

Com o contrato firmado, o Governo “reconhece” que a estabilidade do financiamento público e o aprofundamento da autonomia são absolutamente determinantes para a efetiva implementação e concretização do processo de reforma do sistema de ensino superior.

O acordo “reconhece a autonomia efetiva das instituições num contexto de corresponsabilização reforçada”. Visa também “reduzir o insucesso e o abandono escolar para níveis de referência internacionais, reforçar o nível de internacionalização, em articulação com agendas de investigação e desenvolvimento, e alargar a base social de recrutamento dos estudantes do ensino superior”.

Para isso o contrato prevê um programa de estímulo ao emprego científico em Portugal, incluindo a contratação de pelo menos três mil

docentes e investigadores, até ao ano de 2019, pelas instituições de ensino superior públicas.

Politécnico da Guarda também não assinou

Para além dos três “grandes”, também o Instituto Politécnico da Guarda (IPG) não assinou o contrato com o Governo. Ao DIÁRIO AS BEIRAS, o presidente da instituição, Constantino Rei, explicou que, em causa, estão questões de natureza orçamental.

“Como é sabido, o IPG, a par de quatro outros politécnicos e duas universidades, teve de receber, em 2015, um reforço de dotação, que não foi, depois, incorporado no valor-base para 2016”, afirmou.

Para este ano, o IPG e a tutela também já sabem que vai ser preciso novo reforço. “Ora, como não conheço a proposta de orçamento e, por isso, não sei qual o valor do reforço e se esse reforço vai ou não ser considerado, entendi não ter condições para assinar o contrato, nos termos propostos pelo Ministério”. | Paulo Marques



**Coimbra Politécnico
explica porque não
assinou protocolo
com o Governo** >Pág 4

Politécnicos acusam ministério de visão preconceituosa e redutora da sua acção

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 18-07-2016

Melo: Público Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=ffa8f758>

Por Lusa

18/07/2016 - 20:52

Em causa está um contrato assinado, este fim-de-semana, entre o Governo e os politécnicos, à excepção dos institutos de Lisboa, Porto e Coimbra, que contestam posição do executivo.

Nelson Garrido/Arquivo

Ensino Superior
Educação

Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram esta segunda-feira o Ministério do Ensino Superior de ter um "conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", e de impor um modelo de desenvolvimento "redutor da sua acção".

Em causa está o "Contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento", assinado este fim-de-semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à excepção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus "interesses individuais".

"Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo colectivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço colectivo face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais", disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que "interesses individuais" se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos "queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles".

Esta segunda-feira, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em causa, as instituições, que invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro Manuel Heitor, afirmando que os três institutos "assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente" à "divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste contrato".

"Preconceitos sociais e académicos ultrapassados"

Os três maiores politécnicos do país justificam a sua posição - que dizem não ser individual, mas "conhecida, apoiada e sufragada pelos seus conselhos gerais, órgãos máximos de governo destas três

instituições" - por não haver no referido contrato "referência à necessidade de se voltar a proceder à distribuição das verbas do Orçamento de Estado pelas Instituições de ensino superior, universitárias e politécnicas, através de critérios claros e transparentes, traduzidos numa fórmula de financiamento".

Acusam ainda o ministério de Manuel Heitor de ter um conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", que consideram "ultrapassados". Negam também que a sua posição sobre o que deve ser o financiamento do ensino superior alguma vez tenha contemplado cortes no orçamento de qualquer instituição, pedindo, ao invés, uma solução de financiamento que passe "pela transparência de critérios e regras, necessariamente aplicados de modo gradativo e contratualizado".

"O texto do contrato não respeita a diversidade e capacidade instalada nas instituições, impondo antes, de forma uniforme e não contextualizada, um modelo de desenvolvimento redutor da sua acção, que traduz a intenção de desvalorização social e académica do subsistema politécnico com a qual não podemos estar de acordo", defendem, no comunicado.

Criticam ainda que o contrato ignore a possibilidade de os politécnicos virem a ministrar doutoramentos, desde que "avaliados positivamente pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior" (A3ES).

"Os politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto, representam mais de 40% do Ensino Politécnico. Não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos auto-infligidos. Na base da nossa posição está a aspiração legítima por critérios claros, transparentes e justos. Por uma avaliação criteriosa da qualidade do que somos e fazemos" conclui o comunicado.

18/07/2016 - 20:52



Politécnicos divididos-Ministro da Ciência lamenta

<http://www.pt.cision.com/s/?l=6434fd99>

Os politécnicos do Porto, Lisboa e Coimbra não assinaram o chamado compromisso para a legislatura. O acordo definido pelo Governo com o ensino superior, reconhece às escolas uma autonomia efetiva, mas estes três politécnicos queriam uma diferente divisão dos dinheiros. O Ministro da Ciência lamenta que o interesse individual tenha prevalecido sobre o coletivo. Declarações de Manuel Heitor, Ministro da Ciência.



Politécnicos divididos-Ministro da Ciência lamenta

<http://www.pt.cision.com/s/?l=77adcbb9>

Os politécnicos do Porto, Lisboa e Coimbra não assinaram o chamado compromisso para a legislatura. O acordo definido pelo Governo com o ensino superior, reconhece às escolas uma autonomia efetiva, mas estes três politécnicos queriam uma diferente divisão dos dinheiros. O Ministro da Ciência lamenta que o interesse individual tenha prevalecido sobre o coletivo. Declarações de Manuel Heitor, Ministro da Ciência.



António Costa garante que o futuro do país depende da aposta na área do conhecimento

<http://www.pt.cision.com/s/?l=1594c812>

António Costa diz que o futuro do país depende da aposta na área do conhecimento. António Costa esteve ontem em Caminha e em Guimarães, na assinatura de acordos com as Universidades, mas os Politécnicos de Porto, Lisboa e Coimbra não assinaram por discordarem da forma como o dinheiro foi distribuído.

Comentários de Manuel Heitor, ministro da Ciência e Ensino Superior; António Costa, primeiro-ministro; Joaquim Mourato, presidente dos Institutos Superiores Politécnicos.

- Repetições: SIC Notícias - Notícias , 2016-07-17 08:08
- SIC Notícias - Notícias , 2016-07-17 09:11
- SIC Notícias - Jornal do Meio-Dia , 2016-07-17 12:15
- SIC Notícias - Jornal Das Duas , 2016-07-17 14:26
- SIC Notícias - Notícias , 2016-07-17 16:22
- SIC Notícias - Notícias , 2016-07-17 17:22
- SIC Notícias - Notícias , 2016-07-17 18:17
- SIC Notícias - Jornal das 7 , 2016-07-17 19:23



ASSINADO 'COMPROMISSO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA'



António Costa inaugurou ontem a Biblioteca Municipal de Caminha

Costa diz que contrata 3 mil docentes e investigadores

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou ontem, através da rede social Twitter, que o acordo assinado ontem em Guimarães entre o Estado e as instituições de Ensino Superior “prevê a contratação de, pelo menos, três mil docentes e investigadores até 2019”. O objetivo é contribuir para o rejuvenescimento dos corpos docentes e de investigação.

Segundo o chefe do Governo, foi assinado um acordo “há muito reivindicado que dá estabilidade às relações financeiras entre o Estado e as instituições de Ensino Superior”. No entanto, o acordo, designado ‘Compromisso para a Ciência e Tecnologia’, não foi assinado pelos

politécnicos do Porto, Lisboa e Coimbra. O ministro da Ciência, e Ensino Superior, Manuel Heitor, desvalorizou a falta de acordo com aqueles politécnicos, que, segundo explicou, queriam uma nova redistribuição de verbas.

O ministro reafirmou o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o “esforço coletivo face a interesses individuais”. Instado a explicar o que queria dizer ao usar a expressão “interesses individuais”, Manuel Heitor, afirmou que os três politécnicos “queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando umas verbas a uns para dar a eles”. ●J.R.

POLITÉCNICOS DE LISBOA, PORTO E COIMBRA NÃO ASSINAM O ACORDO



Superior Ministro não valoriza desacordo

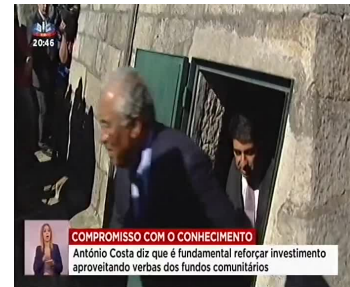
● Os politécnicos de Porto, Lisboa e Coimbra não assinaram o “compromisso para a legislatura”, firmado ontem entre Governo e instituições de Ensino Superior, em Guimarães. O ministro da tutela desvalorizou o desacordo, alegando que os institutos queriam “nova redistribuição” de verbas.

Acordo entre as universidades públicas e o Governo

<http://www.pt.cision.com/s/?l=dfa4525>

O acordo assinado entre as universidades públicas e o Governo, determina que não há reforço de verbas até ao final da legislatura.

Declarações do ministro Manuel Heitor, e de António Costa.



António Costa garante que o futuro do país depende da aposta na área do conhecimento

<http://www.pt.cision.com/s/?l=2f941c3d>

António Costa garante que o futuro do país depende da aposta na área do conhecimento. O primeiro-ministro esteve em Caminha e em Guimarães, na assinatura de acordos com as Universidades, mas os Politécnicos de Porto, Lisboa e Coimbra não assinaram por discordarem da forma como o dinheiro foi distribuído.

Comentários de Manuel Heitor, ministro da Ciência e Ensino Superior; António Costa, primeiro-ministro; Joaquim Mourato, presidente dos Institutos Superiores Politécnicos.

Repetições: SIC Notícias - Jornal da Noite , 2016-07-16 20: 44

SIC Notícias - Jornal de Sábado , 2016-07-16 21: 23



Politécnicos recusam contrato com o Governo

<http://www.pt.cision.com/s/?l=9eb0cf3c>

Os politécnicos do Porto, Lisboa e Coimbra não assinaram o compromisso para a legislatura, firmado hoje entre o Governo e instituições do ensino superior.

Comentários de Manuel Heitor, Ministro da Ciência e Ensino Superior; António Costa, Primeiro-ministro.

Governo e instituições do Ensino Superior Público assinam contrato pós legislatura

<http://www.pt.cision.com/s/?l=59a8021c>

O Governo e as instituições do Ensino Superior Público vão assinar hoje em Guimarães, um contrato para atual legislatura.

Declarações de Manuel Heitor, ministro da Ciência, e do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa.

Repetições: Antena 1 - Notícias , 2016-07-16 09:05



Financiamento Governo, universidades e politécnicos assinam hoje contratos. Porto, Coimbra e Lisboa faltam

Ensino Superior terá orçamento garantido

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► O Compromisso com o Conhecimento e a Ciência que o Governo assina hoje com universidades e politécnicos garante que não haverá cortes nem cativações orçamentais na legislatura. A previsibilidade no financiamento é a maior vantagem do acordo que é hoje assinado em Guimarães, afirmou ao JN o ministro da Ciência, Manuel Heitor.

"É um contrato para a modernização do Ensino Superior, assente numa relação de confiança", no qual as instituições "comprometem-se a contribuir para qualificar os portugueses" e o Governo garante o nível de financiamento. "As instituições vivem num quadro de subfinanciamento, mas compreendem os constrangimentos que o país atravessa", salientou Manuel Heitor. Na assinatura estarão presentes o primeiro-ministro, António Costa, e representantes do Planeamento e das Finanças.

Da parte das universidades, o presidente do Conselho de Reitores, António Cunha, confirmou que todas estarão presentes. "Desenvolvemos um processo negocial nas últimas semanas que desembocou neste acordo", disse. Também o presidente dos Politécnicos, Joaquim Mourato, louvou o acordo que não só estabiliza o financiamento como aumenta a autonomia das instituições e cria programas para a modernização e valorização. Mourato disse, ainda, compreender as razões pelas quais o Porto, Coimbra e Lisboa decidiram não assinar.



Ministro da Ciência e Ensino Superior, Manuel Heitor (ao centro), assina hoje acordo com universidades e politécnicos

Imaturidade e guerrilha interna

● Os politécnicos do Porto, Coimbra e Lisboa entendem que o acordo de hoje tem "uma visão redutora" do setor, pelo que vão faltar à cerimónia. Um dos argumentos avançados ao JN por Rui Antunes, presidente da instituição de Coimbra, é a impossibilidade de ministrar cursos de doutoramento o que, diz, veda o acesso a financiamento à investigação. Manuel Heitor, contudo, contesta a conclusão e adianta que nos últimos meses foram atribuídos aos politécnicos 70 milhões de euros para financiar a investigação e cursos de curta duração, bem como equipamentos para esses mesmos cursos. O ministro acusa as três entidades de "não quererem ser politécnicos" e justifica a posição com uma "guerrilha interna pela liderança" e "falta de maturidade". "Querem que se tire dotação a outros para lhes dar a eles", disse.

"Compreendo os argumentos, mas este documento melhora a situação das instituições", disse.

A falta das três instituições levou Manuel Heitor a cancelar a assinatura do acordo com os politécnicos, mantendo apenas o das universidades. Contudo, disse, os muitos pedidos de outros politécnicos levaram-no a reconsiderar e a remarcar a assinatura global dos textos, com todas as instituições do Ensino Superior. A meio da tarde de ontem, um email do Conselho dos Politécnicos confirmou a assinatura. ●

Docentes vão ter mais um ano para concluir doutoramento

SUPERIOR Os partidos de Esquerda defenderam e a proposta está em cima da mesa negocial: os docentes do ensino superior politécnico devem conseguir mais um ano para concluir os seus doutoramentos e assim transitarem para o novo regime de carreira.

Os dirigentes da Federação Nacional de Professores voltam a reunir na próxima semana com o ministro do Ensino Superior, Manuel Heitor. No encontro de ontem, a Fenprof fez apenas "uma apreciação preliminar" do projeto de decreto-lei enviado pela tutela na quarta-feira à noite. "É um avanço muito positivo", mas a proposta não responde a todas as situações, sublinha João Cunha e Serra.

A Fenprof pretendia que o regime transitório fosse prolongado por mais dois anos. "Para quem não teve o apoio, legalmente previsto (dispensa do serviço docente e isenção de propinas), um ano é manifestamente pouco", defende o coordenador do Ensino Superior da federação.

Uma situação que fica corrigida com a proposta, frisa, é o prolongamento do prazo para a contagem do tempo de serviço. Este requisito impediu, em 2010, a transição de docentes que já tinham o doutoramento. A Fenprof alertou, ainda, o ministro para os docentes, alguns contratados há 20 anos, que podem ficar no desemprego ou passar para um contrato a tempo parcial, perdendo mais de 40% do vencimento. A federação estima que 150 docentes já possam ter saído do sistema devido ao regime transitório. A1



Governo chega a acordo e não sobe financiamento do ensino superior

Financiamento não sofrerá alterações até ao final da legislatura. Acordo com as instituições, que será assinado amanhã com a presença de António Costa, estabiliza orçamentos das universidades e politécnicos

Orçamento Samuel Silva

Não haverá reforço do financiamento público das instituições de ensino superior até ao final da legislatura, mas o Governo compromete-se também a que não haja cortes nem cativações nos seus orçamentos. É este o compromisso que consta do contrato para a ciência e o conhecimento que será assinado, amanhã, entre a tutela e as universidades e politécnicos. O acordo implica também a adesão do sector ao Simplex e estabelece a origem das verbas para a contratação de mil novos docentes e investigadores.

O Ministério da Ciência e Ensino Superior já tinha anunciado a intenção de acordar com as instituições um quadro de financiamento estável para toda a legislatura, compromisso que também constava do programa do Governo. O acordo agora alcançado implica que as dotações do Orçamento do Estado para as instituições não sofram nenhuma descida, até ao final da legislatura, servindo como referência o valor inscrito no Orçamento de Estado para este ano: 1058 milhões de euros.

Esta já tinha sido a solução encontrada pela tutela para o Orçamento de 2016, que manteve o valor face ao ano anterior. Essas verbas serão acrescidas dos montantes correspondentes aos aumentos salariais na administração pública que o Governo venha a determinar. Do mesmo modo, o contrato estabelece que os orçamentos de universidades e politécnicos não estarão sujeitos a cativações ou reduções em qualquer das suas fontes de financiamento e rubricas, de forma a evitar problemas como o que aconteceu este ano quando a Direcção-Geral de Orçamento retirou 57 milhões aos orçamentos das instituições de ensino superior, decisão que haveria de merecer recuo posterior.

Todavia, se há a garantia de que não há diminuições das verbas transferidas pelo Estado para as instituições de ensino superior, também não haverá aumentos nos próximos três anos. No contrato com o Governo, universidades e politécnicos comprometem-se a “não solicitar qualquer reforço orçamental, salvo a ocorrência de circunstâncias excepcionais e



Instituições de ensino superior terão de viver com o mesmo quadro orçamental que tem sido criticado

Três maiores institutos não assinam o acordo com a tutela

Porto, Coimbra e Lisboa contestam despromoção dos politécnicos

Os três maiores politécnicos não vão assinar o contrato que o Governo está a propor às instituições de ensino superior. Os institutos do Porto, Coimbra e Lisboa demonstraram oposição às ideias do ministro do Ensino Superior desde o início da negociação e decidiram não comparecer à cerimónia marcada para amanhã. Em causa estão as áreas de conhecimento que a tutela defende que devem ser privilegiadas pelos politécnicos, bem como a manutenção da impossibilidade de atribuição de doutoramentos por estas instituições.

“Se tudo se mantiver como está agora, não iremos”, garante ao PÚBLICO o presidente do Politécnico de Coimbra, Rui Antunes. Os três institutos, que representam mais de um terço de todos os estudantes do sector politécnico, já antes tinham feito chegar as suas críticas ao

Governo e, face à proposta final, enviada ontem às instituições, optaram por esta solução.

Numa carta enviada ao Governo no mês passado, o Politécnico de Lisboa lamentava que o contrato acentuasse “a clivagem entre as funções sociais e formativas” estabelecidas para o ensino universitário e politécnico. Do acordo que será assinado amanhã consta um capítulo dedicado a um programa de modernização e valorização dos institutos politécnicos, que defende que este subsector deve reforçar as suas competências a partir “do contexto territorial, económico e social em que se insere”. A tutela enumera um conjunto de áreas de formação que devem ser privilegiadas nas respectivas ofertas como o turismo, as tecnologias da saúde, o sector agro-alimentar, florestas e produção animal ou a contabilidade e auditoria e serviços de gestão financeira.

O presidente do Politécnico de Coimbra fala em “limites apertados” que são definidos para o ensino politécnico no documento e defende que esta lista corresponde a “uma visão redutora” que o Governo tem deste sector do ensino superior. O descontento entre os maiores politécnicos prende-se também com a manutenção da impossibilidade de atribuírem doutoramentos. Essa solução chegou a ser discutida pelo ministro Manuel Heitor com as instituições, e fonte do seu gabinete garantiu ao PÚBLICO, no início do mês passado, que a tutela “abria a porta” a essa solução. Duas semanas depois, o ministro viria, porém, a recuar, durante uma audição parlamentar. Ao contrário dos três maiores politécnicos, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos afiança que estará presente na cerimónia de amanhã.

imprevistas” até ao final da legislatura. As instituições vão por isso ter de continuar a viver com o mesmo quadro orçamental, que, nos últimos anos, tem motivado queixas de subfinanciamento e relatos de problemas orçamentais em muitas universidades e politécnicos.

À falta de verbas do Estado, a forma de aumentar o orçamento do ensino superior nos próximos anos será feito através da captação de receitas próprias, como projectos de investigação ou a prestação de serviços a empresas ou instituições. O contrato entre o Governo e as instituições de ensino estabelece como meta que cada instituição aumente as receitas próprias num montante que corresponda ao dobro do crescimento que o PIB nacional venha a registar entre 2015 e 2020.

Os contratos entre o Governo e as instituições de ensino superior são assinados amanhã, à hora de almoço, em Guimarães, com a presença prevista do primeiro-ministro, António Costa. Serão assinados dois documentos distintos com cada um dos sectores do ensino superior. Apesar de serem diferentes, com condições que se aplicam especificamente às universidades ou aos politécnicos, os contratos são, na essência, semelhantes.

Além dos compromissos para o financiamento do ensino superior até ao final da legislatura, fazem ambas referência aos compromissos de universidades e institutos politécnicos com um conjunto de programas recentemente apresentados pelo Governo, como a política nacional de ciência aberta, a iniciativa para as competências digitais ou o Simplex 2017, estando, por exemplo, obrigadas a aderir à entidade de serviços partilhados da administração pública.

Do contrato consta ainda um assunto cujo compromisso já tinha sido assumido pelo Governo: o estímulo à contratação de docentes e investigadores. A tutela prevê mil novas entradas no sector até 2019, algo que é reforçado neste acordo, que explica também de onde vem o dinheiro para pagar essas novas contratações no ensino superior: verbas da Fundação para a Ciência e Tecnologia e dos fundos comunitários do Portugal 2020, através de programas competitivos a que as instituições vão poder concorrer.



Governo mantém orçamentos do ensino superior

Nem aumentos nem cortes.
Universidades e politécnicos
assinam acordo amanhã **p8**

Governo chega a acordo e não sobe financiamento do ensino superior

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 15-07-2016
Melo: Público Online Autores: Samuel Silva

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=c37c1c73>

Por Samuel Silva

15/07/2016 - 07:32

Pelo menos até ao final da legislatura não será aumentado o financiamento. Acordo, que será assinado este sábado, entre a tutela e instituições permite estabilizar orçamentos das universidades e dos politécnicos durante três anos.

Instituições de ensino superior terão de viver com o mesmo quadro orçamental que tem sido criticado
MIGUEL MANSO

Não haverá reforço do financiamento público das instituições de ensino superior até ao final da legislatura, mas o Governo compromete-se também a que não haja cortes nem cativações nos seus orçamentos. É este o compromisso que consta do contrato para a ciência e o conhecimento que será assinado, amanhã, entre a tutela e as universidades e politécnicos. O acordo implica também a adesão do sector ao Simplex e estabelece a origem das verbas para a contratação de mil novos docentes e investigadores.

O Ministério da Ciência e Ensino Superior já tinha anunciado a intenção de acordar com as instituições um quadro de financiamento estável para toda a legislatura, compromisso que também constava do programa do Governo. O acordo agora alcançado implica que as dotações do Orçamento do Estado para as instituições não sofram nenhuma descida, até ao final da legislatura, servindo como referência o valor inscrito no Orçamento de Estado para este ano: 1058 milhões de euros.

Esta já tinha sido a solução encontrada pela tutela para o Orçamento de 2016, que manteve o valor face ao ano anterior. Essas verbas serão acrescidas dos montantes correspondentes aos aumentos salariais na administração pública que o Governo venha a determinar. Do mesmo modo, o contrato estabelece que os orçamentos de universidades e politécnicos não estarão sujeitos a cativações ou reduções em qualquer das suas fontes de financiamento e rubricas, de forma a evitar problemas como o que aconteceu este ano quando a Direcção-Geral de Orçamento retirou 57 milhões aos orçamentos das instituições de ensino superior, decisão que haveria de merecer recuo posterior.

Instituições continuam com o mesmo quadro orçamental

Todavia, se há a garantia de que não há diminuições das verbas transferidas pelo Estado para as instituições de ensino superior, também não haverá aumentos nos próximos três anos. No contrato com o Governo, universidades e politécnicos comprometem-se a "não solicitar qualquer reforço orçamental, salvo a ocorrência de circunstâncias excepcionais e imprevistas" até ao final da legislatura. As instituições vão por isso ter de continuar a viver com o mesmo quadro orçamental, que, nos últimos anos, tem motivado queixas de subfinanciamento e relatos de problemas orçamentais em muitas universidades e politécnicos.

À falta de verbas do Estado, a forma de aumentar o orçamento do ensino superior nos próximos anos será feito através da captação de receitas próprias, como projectos de investigação ou a prestação de serviços a empresas ou instituições. O contrato entre o Governo e as instituições de ensino estabelece como meta que cada instituição aumente as receitas próprias num montante que corresponda ao dobro do crescimento que o PIB nacional venha a registar entre 2015 e 2020.

Os contratos entre o Governo e as instituições de ensino superior são assinados amanhã, à hora de almoço, em Guimarães, com a presença prevista do primeiro-ministro, António Costa. Serão assinados dois documentos distintos com cada um dos sectores do ensino superior. Apesar de serem diferentes, com condições que se aplicam especificamente às universidades ou aos politécnicos, os contratos são, na essência, semelhantes.

Além dos compromissos para o financiamento do ensino superior até ao final da legislatura, fazem ambos referência aos compromissos de universidades e institutos politécnicos com um conjunto de programas recentemente apresentados pelo Governo, como a política nacional de ciência aberta, a iniciativa para as competências digitais ou o Simplex 2017, estando, por exemplo, obrigadas a aderir à entidade de serviços partilhados da administração pública.

Do contrato consta ainda um assunto cujo compromisso já tinha sido assumido pelo Governo: o estímulo à contratação de docentes e investigadores. A tutela prevê mil novas entradas no sector até 2019, algo que é reforçado neste acordo, que explica também de onde vem o dinheiro para pagar essas novas contratações no ensino superior: verbas da Fundação para a Ciência e Tecnologia e dos fundos comunitários do Portugal 2020, através de programas competitivos a que as instituições vão poder concorrer.

Três maiores institutos não assinam acordo

Os três maiores politécnicos não vão assinar o contrato que o Governo está a propor às instituições de ensino superior. Os institutos do Porto, Coimbra e Lisboa demonstraram oposição às ideias do ministro do Ensino Superior desde o início da negociação e decidiram não comparecer à cerimónia marcada para este sábado. Em causa estão as áreas de conhecimento que a tutela defende que devem ser privilegiadas pelos politécnicos, bem como a manutenção da impossibilidade de atribuição de doutoramentos por estas instituições.

"Se tudo se mantiver como está agora, não iremos", garante ao PÚBLICO o presidente do Politécnico de Coimbra, Rui Antunes. Os três institutos, que representam mais de um terço de todos os estudantes do sector politécnico, já antes tinham feito chegar as suas críticas ao Governo e, face à proposta final, enviada ontem às instituições, optaram por esta solução.

Numa carta enviada ao Governo no mês passado, o Politécnico de Lisboa lamentava que o contrato acentuasse "a clivagem entre as funções sociais e formativas" estabelecidas para o ensino universitário e politécnico. Do acordo que será assinado amanhã consta um capítulo dedicado a um programa de modernização e valorização dos institutos politécnicos, que defende que este subsector deve reforçar as suas competências a partir "do contexto territorial, económico e social em que se insere". A tutela enumera um conjunto de áreas de formação que devem ser privilegiadas nas respectivas ofertas como o turismo, as tecnologias da saúde, o sector agro-alimentar, florestas e produção animal ou a contabilidade e auditoria e serviços de gestão financeira.

O presidente do Politécnico de Coimbra fala em "limites apertados" que são definidos para o ensino politécnico no documento e defende que esta lista corresponde a "uma visão redutora" que o Governo tem deste sector do ensino superior.

O descontento entre os maiores politécnicos prende-se também com a manutenção da impossibilidade de atribuírem doutoramentos. Essa solução chegou a ser discutida pelo ministro Manuel Heitor com as instituições e fonte do seu gabinete garantiu ao PÚBLICO, no início do mês passado, que a tutela

"abria a porta" a essa solução. Duas semanas depois o ministro viria, porém, a recuar, durante uma audição parlamentar.

Ao contrário dos três maiores politécnicos, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos afiança que estará presente na cerimónia de sábado.

15/07/2016 - 07:32

Samuel Silva

Politécnicos acusam ministério de visão preconceituosa e redutora da sua ação

ACTUALIDADE | LUSA | 19:03



Os politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra acusaram hoje o Ministério do Ensino Superior de ter um "conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", e de impor um modelo de desenvolvimento "redutor da sua ação".



Em causa está o "Contrato entre o Governo e os Politécnicos Públicos Portugueses no âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento", assinado este fim de semana pelo Governo e pelas instituições de ensino superior, em Guimarães, à exceção dos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que se recusaram a fazê-lo.

Sobre essa recusa, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, disse, na altura, que os dirigentes das três instituições privilegiaram os seus "interesses individuais".

"Queremos criar condições para que Portugal esteja na Europa, e temos hoje aqui um leque muito alargado de instituições que vieram afirmar o desejo coletivo de fazer de Portugal um país melhor, expondo o esforço coletivo face a interesses individuais. Houve três dirigentes que optaram pelos seus interesses individuais", disse Manuel Heitor.

Questionado sobre a que "interesses individuais" se referia, o titular da pasta do Ensino Superior explicou que os três politécnicos "queriam que houvesse uma nova redistribuição de verbas, tirando verbas a uns para as dar a eles".

Hoje, em comunicado assinado pelos três presidentes dos politécnicos em causa, as instituições, que invocam direito de resposta, contestam as declarações do ministro Manuel Heitor, afirmando que os três institutos "assumiram, durante todo o processo, uma postura de respeito institucional pela tutela que não é compatível com os termos que o senhor ministro utilizou para se referir publicamente" à "divergência de opiniões em relação às opções políticas traduzidas neste Contrato".

Os três maiores politécnicos do país justificam a sua posição – que dizem não ser individual, mas "conhecida, apoiada e sufragada pelos seus Conselhos Gerais, órgãos máximos de governo destas três instituições" – por não haver no referido contrato "referência à necessidade de se voltar a proceder à distribuição das verbas do Orçamento de Estado pelas Instituições de ensino superior, universitárias e politécnicas, através de critérios claros e transparentes, traduzidos numa fórmula de financiamento".

Acusam ainda o ministério de Manuel Heitor conceito de ensino politécnico redutor e assente em preconceitos sociais e académicos", que consideram "ultrapassados".

Negam ainda que a sua posição sobre o que deve ser o financiamento do ensino superior alguma vez tenha contemplado cortes no orçamento de qualquer instituição, pedindo, ao invés, uma solução de financiamento que passe "pela transparência de critérios e regras, necessariamente aplicados de modo gradativo e contratualizado".

"O texto do Contrato não respeita a diversidade e capacidade instalada nas instituições, impondo antes, de forma uniforme e não contextualizada, um modelo de desenvolvimento redutor da sua ação, que traduz a intenção de desvalorização social e académica do subsistema politécnico com a qual não podemos estar de acordo", defendem, no comunicado.

Criticam ainda que o contrato ignore a possibilidade de os politécnicos virem a ministrar doutoramentos, desde que "avaliados positivamente pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior" (AAEES)

do Ensino Superior" (A3ES).

"Os politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto, representam mais de 40% do Ensino Politécnico. Não são conduzidos por caprichos conjunturais ou por preconceitos autoinfligidos. Na base da nossa posição está a aspiração legítima por critérios claros, transparentes e justos. Por uma avaliação criteriosa da qualidade do que somos e fazemos" conclui o comunicado.

IMA (JYCR) // MAG

Lusa/fim

PARTILHAR
